

NÃO AO PATRÃO!

Deliberação do Consad ameaça contratos de professores no segundo semestre

Foi com perplexidade que os professores tomaram conhecimento da Deliberação do CONSAD 04/2020 que "regulamenta a composição da carga horária do contrato docente para o segundo semestre de 2020 e estabelece prazos para essa composição".

Todos os semestres o CONSAD edita essa deliberação, mas a atual vem com novidades e ambiguidades que podem ser entendidas de modo desfavorável aos professores. Os "considerandos" iniciais pontuam questões que soam como alerta de tempestade que se avizinha.

Já no primeiro "considerando" o CONSAD menciona o artigo 24 do Estatuto da PUCSP que, em seu item X, apresenta o seguinte: "em risco de sustentabilidade financeira, ou por justa causa, definida na CLT, realizar demissões no quadro docente e administrativo da PUC-SP, comunicando aos demais órgãos da PUC-SP". Este texto encontra eco em outros "considerandos": "considerando as medidas de proteção à manutenção do emprego e da renda, as quais visam, para tanto, a preservação da existência das pessoas jurídicas empregadoras, introduzidas no ordenamento jurídico por Medidas Provisórias editadas pelo Governo Federal;" e "considerando as consequências trazidas pela pandemia para o orçamento da instituição, decorrentes da diminuição do seu fluxo de faturamento, por força do aumento de inadimplência, efetivação de trancamentos e cancelamentos de matrícula etc".

Sabemos que as Medidas Provisórias do atual governo federal visam favorecer as empresas em detrimento dos trabalhadores e, se não houver pressão social, os trabalhadores ficarão ainda mais penalizados. Isso já ocorre, há três meses, com o não depósito do FGTS pela FUNDASP nas contas dos professores e funcionários.

Apenas esses dois itens dos "considerandos" abrem caminho para demissões sumárias para proteger as finanças de nosso patrão, a FUNDASP. O discurso democrático e social emitido pela Reitoria, alinhado com a história da PUCSP, cai por terra quando as ações administrativas do CONSAD, do qual a reitoria é parte integrante, ameaçam os professores, imitando o governo federal de extrema direita que coloca as razões econômicas acima de tudo.

Tem mais: outro "considerando", a saber "considerando a necessidade de se prever mecanismos de manutenção dos contratos de trabalho de todos e, não sendo possível, ao menos da grande maioria dos docentes da universidade, independentemente da titulação ou da categoria em que se encontram na carreira, assim como daqueles que nela ainda não ingressaram;" coloca todos os professores na mesma fogueira, ignorando critérios para atribuição de aulas, trajetórias, além das especificidades dos cursos e programas. Este considerando pode permitir a demissão aos 75 anos, almejada pela Reitoria e pela FUN-

DASP, bem como demissões e reduções de contratos de cunho financeiro ou até político.

Acabou? Não! O último "considerando": "considerando a redução de bolsas na pós-graduação concedidas pelas agências de fomento e a possibilidade de diminuição das matrículas dos alunos de PEPG da PUC-SP, com consequente necessidade de os docentes buscarem compor seus contratos de trabalho prioritariamente com horas na graduação". Professores da Pós poderão compor seus contratos com até 20 horas na graduação (artigo 4 da Deliberação em tela) mas, a consequência será a diminuição de contratos e até demissão dos professores da graduação. Este considerando poderá criar injustiça, além de promover mal-estar entre os professores e desconsiderar a natureza de cursos e programas. Porém, esta orientação pode ser relativizada pelos Coordenadores de Curso, que podem recusar professores que não estejam de acordo com as necessidades dos PPCs dos cursos de graduação, conforme suas atribuições previstas no artigo 65 do Estatuto da PUCSP.

A FUNDASP, em vez de buscar recursos financeiros para suprir os estudantes da pós-graduação com bolsas emergenciais que garantam o acesso e permanência à sua formação, responde com ameaças ao trabalho dos professores, sinalizando com redução de contratos e demissões.

Vale lembrar que diretorias anteriores da APROPUC con-

cordaram com o contrato mínimo de TP-10 compreendendo de 3 a 7 aulas e não de 6 a 7 que adveio da maximização, que seria temporária, e deliberações anteriores. Com isso, os professores que ministram até 5 aulas são remunerados pelo "fator trabalho docente - FTD" previsto no artigo 4 da Deliberação.

Em suma, os "Considerandos" da Deliberação 04/2020 se constituem em um ataque ao trabalho docente, trazendo uma insegurança ainda maior em um país que prima por achincalhar e destruir os direitos dos trabalhadores. A luta, portanto, é em duas frentes: uma é contra o governo federal com suas propostas de desmonte da educação e dos direitos trabalhistas; outra, é a luta pela preservação do trabalho docente em uma universidade comunitária não mercantilizada.

Professor/a, diante da gravidade da situação que se vislumbra, a diretoria da APROPUC sugere que os professores discutam e se manifestem nos departamentos, nos fóruns de coordenações de cursos, nos conselhos das faculdades, no Consun em defesa do contrato de trabalho de todos os professores da PUC-SP.

Não à via das demissões! Em defesa do ensino e do trabalho docente!

Não à mercantilização do ensino! Fora desgoverno Bolsonaro e Mourão!

A diretoria da APROPUC-SP, diante da gravidade da situação convida toda/os professora/es a participar da assembleia on-line

30/06

das 17h30 às 19h

Tragam os resultados das discussões coletivas para fortalecer nossas decisões.

Consun aprova normas para escolha do novo reitor

A sessão ordinária do Consun de junho aprovou as normas para a realização da consulta à comunidade para a escolha do novo reitor. Originalmente o encaminhamento da lista tríplice ao Grão Chanceler D. Odilo Scherer estava prevista para o mês de junho, porém a reitora solicitou que a data fosse prorrogada em função do distanciamento / isolamento que enfrentamos hoje com a crise provocada pelo coronavírus. Assim D. Odilo concordou em prorrogar o encaminhamento da lista tríplice para 11 de setembro. Dessa forma a consulta deverá ocorrer entre os dias 27 e 28/8, de maneira online (veja cronograma nesta página).

A entrega da lista tríplice ao Grão Chanceler constituía-se em um ato proforma, uma vez que D. Paulo Evaristo Arns, ao aprovar as eleições diretas para a reitoria da PUC-SP em 1980 assumiu o compromisso de não intervir na escolha da comunidade. Porém essa conquista foi quebrada em 2012 quando D. Odilo Scherer, contrariamente à vontade da comunidade, nomeou a professora Anna Maria Marques Cintra, última colocada na lista tríplice.

A professora Maria Amália Andery informou que pretende se candidatar a mais um mandato, desta vez com o professor Pedro Paulo Manus da Faculdade de Direito como candidato a vice-reitor. Dessa maneira a discussão foi conduzida pelo atual vice-reitor Fernando Antonio de Almeida que não se recandidatará ao cargo.

O pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias Antonio Malheiros leu a minuta que regerá a consulta, que deverá seguir as normas do estatuto e do regimento antigo, já que o novo não foi ainda aprovado pelo Conselho Superior da Fundasp. A votação será aberta a todo professor do quadro de pessoal docente e todo funcionário do quadro de pessoal administrativo, que mantenha vínculo empregatício com a Fundasp e preste serviços à PUC-SP e alunos de graduação e pós *stricto sensu*. Poderão se candidatar ao cargo os professores doutores do quadro de carreira a pelo menos cinco anos, com 35 anos de idade e que professem a fé católica. As eleições acontecerão de maneira on-line.

O texto original foi modificado com a inclusão como votantes dos médicos especializando de Sorocaba e no tocante ao encaminhamento da lista tríplice, ficou estabelecido que, em não havendo três chapas inscritas o Consun, completará a lista com critérios a serem definidos pelo próprio colegiado.

A professora Madalena Peixoto, diretora da Faculdade de Educação mostrou preocupação com o fato de a escolha estar transcorrendo sem que um novo regimento esteja em vigor. Até agora o Conselho da Fundação São Paulo não devolveu o texto que foi enviado pelo Consun. Alguns conselheiros lembraram que o texto regulatório da escolha de reitor segue em sua maior parte o estatuto e não o regimento interno. Mesmo assim o professor

Calendário da consulta eleitoral

03 a 04/8	Inscrição de chapas
07/8	Divulgação das chapas
14 a 26/8	Campanha eleitoral
27 e 28/8	Votação
11/9	Envio da lista tríplice a D. Odilo

Antonio Correa de Lacerda, diretor da FEA, manifestou-se na mesma linha da professora Madalena encaminhando sua fala para que o conselho tomasse posição com respeito ao tema.

AVALIAÇÃO DO SEMESTRE

Ao abrir a reunião, a reitora Maria Amália fez uma avaliação do primeiro semestre de 2020. Para a professora, ao se completarem exatamente 100 dias sem atividades presenciais, verifica-se que o resultado foi bastante positivo tendo em vista as dificuldades impostas à comunidade. A reitora citou números como um milhão e trezentas mil atividades no Teams, 2300 salas no Moodle, entre outras. Foi informado também que a Fundasp atendeu a 90 alunos com equipamentos e 40 com pacotes de dados. Também foram encaminhados 96 pedidos de negociação de mensalidades que estão sendo estudados pela Fundasp.

A reitora informou que o resultado das matrículas na pós-graduação, as inscrições no Vestibular de Inverno, bem como as matrículas para o segundo semestre situaram-se bem próximas aos números do ano anterior.

DELIBERAÇÃO DO CONSAD

A professora Maria José Rosado, representante docente da Faculdade de Ciências Sociais manifestou estranheza com respeito às informações da Reitora, pois o teor da deliberação 04/2020 do Consad (veja matéria de capa), apresentou caminhos inquietantes com referência ao próximo semestre letivo. A professora informou que o Conselho de Faculdade de Ciências Sociais reuniu-se e mostrou sua preocupação com a deliberação levantando a necessidade de discussão mais aprofundada pelo Consun em reunião extraordinária. O vice-reitor Fernando de Almeida informou que o tema deverá ser discutido nas próximas reuniões.

Uninove demite professores pela internet

A Universidade Nove de Julho, Uninove, demitiu através de comunicado online, um grande número de docentes contratados. Ainda não se sabia ao certo o número exato de professores demitidos, porém os estudantes e professores estimam que entre 300 e 500 professores foram alcançados pela demissão.

A Universidade dispensou o cumprimento de aviso prévio. A Uninove, em nota de esclarecimento, atribuiu as demissões à crise provocada pela pandemia do Covid-19. No dia seguinte às demissões os alunos foram surpreendidos, com a substituição das aulas do dia por uma palestra do padre Fábio de Melo, intitulada "fortaleça o seu interior e acredite em você". O Sindicato dos Professores de São Paulo protocolou no Tribunal Regional do Trabalho, dia 23 de junho, dissídio coletivo solicitando a anulação, em caráter liminar, das mais de 300 demissões de professores na Uninove. Para o SinproSP, "a pandemia está sendo usada pela Uninove para acelerar o processo de reestruturação iniciada há alguns anos e baseada na redução da folha de pagamentos e maximização dos lucros".

Porém as demissões da Uninove não são um fato isolado, o Grupo Laureate também homologou a demissão de 130 professores da modalidade EAD neste mês.

A Procuradoria Geral do Trabalho do Ministério Público Federal divulgou uma série de normas, baseadas na Constituição em vigor, que devem servir de parâmetros para o trabalho docente durante a pandemia. Entre suas premissas a nota técnica leva em conta "que constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, CRFB/1988)".

A nota insta as instituições de ensino a "adotar, preferencialmente, mediante prévia negociação coletiva (Nota Técnica/MPT 06/2020), com amplo diálogo social entre sindicatos profissionais e patronais e/ou entidades educacionais, por meio de acordos e conven-

A APROPUC repudia essa atitude de universidades que seguem o caminho da mercantilização do ensino em total desrespeito aos seus professores. As lutas da associação de profes-

res da PUC-SP sempre se guiaram pela defesa incondicional das condições de vida e trabalho docente e nesse sentido só pode se contrapor de maneira veementemente a estas atitudes.

MP divulga critérios para trabalho docente na pandemia

ções coletivas de trabalho, a regulamentação geral, específica, ou de forma articulada entre as normas coletivas, as condições de trabalho pertinentes à reconversão logística da prestação de serviços presencial para o trabalho por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office, previstas na presente Nota Técnica e/ou outras adotadas pelas(os) empregadoras(es) e trabalhadoras(es)".

O MP prevê também que as instituições de ensino deverão "incentivar o respectivo aumento dos intervalos para repouso, seja na extensão destes ou na quantidade, possibilitando-se, preferencialmente um intervalo entre cada aula ministrada, devendo respectivos períodos de intervalo serem considerados como tempo de serviço para todos os efeitos, sem prejuí-

zo da remuneração" Por outro lado será preciso "garantir a irredutibilidade salarial das(os) professoras(es), independentemente da forma independentemente da modalidade síncrona ou assíncrona para ministrar as aulas virtuais ou remotas (telepresenciais ou gravadas); e das ferramentas tecnológicas utilizadas para elaboração e compartilhamento do conteúdo pedagógico, de ministração das aulas, e de aplicação de avaliações," e ainda "observar a liberdade de cátedra nos ambientes virtuais, não diferenciando-a de uma sala de aula presencial para fins de ensino e administração do ambiente educacional".

O texto é longo e sua íntegra pode ser encontrada em <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/pgt-mpt-nota-tecnica-11-professores-as-1.pdf>

PUC-SP continua com sua programação online-SP

Nesta semana a PUC-SP continua com sua programação online repleto de debates e lançamentos em lives.

Na sexta-feira, 26/06, às 11 horas acontece o evento "Encontros Plurais" que debaterá a importância da assistência social desde a constituição de 1988 até a pandemia de 2020. A live contará com a presença de Aldaiza Sposati, Serviço Social PUC-SP e a apresentação de Florestan Fernandes Jr. e Mauricio Piragino. A transmissão será feita pelas redes sociais da EGC-TCMSP.

Na quinta-feira, 02/07, às 17 horas acontece o debate "Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em tempos de pandemia". A mesa será composta por Edna Ferreira (Educação/PUC-SP), Carla Teodoro (Doutorando Serviço Social/PUC-SP), Alan de Loiola Alves (Doutorando Serviço Social/PUC-SP), Barbara Canela (Assistente Social/DPESP), com abertura de Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero (Coordenadora do NCA-SGD/PUC-SP) e a mediação de Alberta Góes (Dra. Serviço Social/

PUC-SP). A live será transmitida na página do facebook da Tv Puc.

Também no dia 02/07 acontecerá a mesa "Furando a bolha: serviço social e a luta antirracista", organizado pelo Núcleo de Gênero, Raça e Etnia do curso de Serviço social da PUC-SP. Coordenado pela Dra. Sueli do Amaral, o debate contará com a presença da Dra. Magali Almeida (UFBA) e a Dra. Matilde Ribeiro (UNILAB-CE).

A semana também contará com dois lançamentos da Educ. No dia 2/7 às 14:30 a editora realizará o lançamento e debate, ao vivo,

pelo canal do youtube da TV Puc, da obra "Terapias Holísticas: uma análise do sistema médico da Nova Era. O evento terá a presença de Fabio L. Stern, Silas Guerriero, Amurabi Oliveira, Rodrigo Toniol e mediação de José Luiz Goldfarb. No dia 6/7 às 14:30, ocorrerá o lançamento do livro "Língua Portuguesa: lusofonia(s), língua(s) e cultura(s)". O debate, que também será transmitido pela Tv Puc, contará com a participação de José Luis Fiorin, Nancy dos Santos Casagrande, Neusa Bastos e mediação de José Luiz Goldfarb.